

Falta um mês para as eleições. E aí?



» **DANIEL A. DE AZEVEDO**
Professor de geografia política do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB)

Falta apenas um mês para as eleições e, seguramente, veremos uma chuva de denúncias sobre indivíduos que disputam o pleito ou estão, indireta ou diretamente, relacionados aos candidatos. Quanto mais acirrada for a disputa, mais tenso será esse momento pré-eleitoral. E tudo indica que este pleito será ainda mais difícil que o de quatro anos atrás.

Mas qual eleitor é, de fato, impactado por essas denúncias? Em uma sociedade altamente polarizada, para muita gente pouco importa a gravidade do que venha a público. O super-herói de estimação já foi escolhido há meses e, em alguns casos, anos. Nada impactaria o voto: apenas a militância e a adoração prévia importam. Todo o resto é tratado como perseguição ao político messiânico favorito. Paradoxalmente, nem mesmo as propostas para os próximos quatro anos parecem importar para esses grupos fiéis. Os planos de governo não são lidos, e os ouvidos estão fechados para outras opções. Os candidatos sabem disso. Não à toa, faltam deliberadamente momentos de debate: esse pouco caso com o ambiente público eleitoral não lhes tira os votos fiéis.

Há um terceiro grupo, aquele que não é fiel a um político “sob quaisquer circunstâncias”. A

esperança é de que denúncias e planos de governo atinjam esta parcela da população, aquela que pode decidir as eleições. Mas esse grupo reage de igual modo às denúncias, aos projetos e aos candidatos?

Na pesquisa Real Time Big Data divulgada em 1º de setembro, 11% afirmaram que votariam em branco ou nulo e 16% não souberam ou não responderam. São 27% sem voto atribuído a uma candidatura naquele momento, contingente capaz de alterar os rumos da eleição. Isso não significa que todos pertençam ao mesmo grupo. Quem rejeita as opções, quem ainda não decidiu e quem já escolheu sem aderir a uma militância incondicional têm motivações distintas.

Em artigo publicado na revista Opinião Pública em 2024, Frederico Batista Pereira e Felipe Nunes analisam um fenômeno importante para entender as eleições: as mudanças tardias na decisão do voto. A partir da diferença entre pesquisas feitas às vésperas do primeiro turno de 2022 e o resultado das urnas, mostram que nem toda discrepância decorre apenas de erros dos institutos. Uma parte pode resultar de movimentos nos últimos dias, ou horas, da campanha.

Os autores destacam dois mecanismos. O primeiro é o voto estratégico, o “voto útil”: o eleitor abandona uma candidatura menos competitiva para tentar impedir a vitória daquela que mais rejeita. Infelizmente, em um ambiente polarizado, esse voto estratégico tende a ser muito grande. O problema é que mudar o voto apenas para derrotar o adversário mais rejeitado não garante uma escolha melhor. É fruto da política polarizada, que força o eleitor a votar no “menos pior”

para evitar aquele que rejeita ainda mais. Assim, propostas que rompam essa lógica sequer entram em seu radar. A rejeição é compreensível, mas não deveria substituir a avaliação sobre competência, compromisso democrático e capacidade de governar. O voto útil mais útil ao país talvez seja aquele que olha além das pessoas e pergunta quais instituições cada candidatura pretende fortalecer ou enfraquecer.

O segundo mecanismo é o alinhamento tardio dos indecisos, que não necessariamente se distribuem na proporção indicada pelas pesquisas. Esses eleitores não são necessariamente os mesmos que rejeitam a militância incondicional. Os grupos podem se sobrepor, mas não se confundem. Ainda assim, o estudo lembra que a eleição permanece aberta a movimentos de última hora. A campanha importa: as denúncias, os debates, as propostas, os gestos e os silêncios. Importa também como cada candidatura reage quando confrontada: se explica, se corrige e respeita as regras ou apenas ataca quem pergunta.

Democracias não podem depender de salvadores. Indivíduos passam, mas instituições precisam permanecer. São elas que limitam o poder, protegem direitos e corrigem abusos. Quando se coloca uma pessoa acima das regras, a eleição corre o risco de deixar de ser um mecanismo de escolha para se transformar em ato de devoção.

No dia 4 de outubro, desejo sorte a todos nós. Torço para que as instituições estejam acima dos indivíduos e para que cada voto leve isso em consideração. Que, diante da urna, escolhamos não um herói de estimação, mas um projeto de país no qual ninguém seja maior do que a democracia.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br



O celular como testemunha: quando a intimidade digital vira prova

Há um fenômeno silencioso que, nos últimos anos, mudou a engrenagem da Justiça brasileira mais do que qualquer reforma legislativa: o telefone celular deixou de ser um simples instrumento de comunicação para se tornar o principal repositório de provas contra ou a favor de quem o carrega no bolso. O que antes se dizia baixinho, ao pé do ouvido, sem deixar vestígio hoje é digitado, fotografado, gravado em áudio, sincronizado em nuvem e replicado em múltiplos dispositivos. A conversa que um dia se perdia no ar agora fica registrada, com data, hora, geolocalização e, não raro, com a identidade de quem apertou “enviar”. Estamos, de fato, diante de uma nova espécie de personagem processual: o rastro digital, essa testemunha muda que não erra o depoimento, porque não depende de memória, apenas de perícia.

Telemática

A criptografia, apontada por muitos como escudo intransponível, revelou-se antes um obstáculo temporário do que uma barreira definitiva. Backups automáticos em nuvem, metadados de aplicativos, cópias sincronizadas entre aparelhos, extrações periciais de chips e memórias internas: a tecnologia que promete sigilo ao usuário comum é, paradoxalmente, a mesma que abastece bancos de dados forenses cada vez mais sofisticados. Não é por acaso que a perícia digital se tornou, neste ano, um dos temas mais discutidos no direito processual penal brasileiro.

Print

Levantamentos recentes mostram que decisões colegiadas do Superior Tribunal de Justiça (STJ) envolvendo quebra da cadeia de custódia de provas digitais saltaram de um caso isolado em 2017 para mais de 160 em 2025 — hoje, cerca de um quarto de todas as decisões sobre cadeia de custódia trata exatamente desse tipo de evidência. O dado é o retrato de um país cuja litigância penal migrou, em poucos anos, do papel para o print de tela.

Bit bytes

E o Brasil de hoje oferece exemplos concretos, não hipotéticos, dessa mudança de paradigma. A Operação Sisamnes, que investiga um suposto esquema de venda de decisões e vazamento de informações sigilosas dentro do próprio STJ, nasceu e cresceu a partir de mensagens trocadas entre um prefeito, advogados e um lobista que atuava nos bastidores dos tribunais. Mensagens curtas, muitas vezes codificadas, mas suficientes para a Polícia Federal reconstruir, passo a passo, um circuito de influência que teria alcançado gabinetes de ministros. A investigação avançou, justamente, porque os dados de celulares e de armazenamento em nuvem dos envolvidos puderam ser periciados, revelando contatos, cronogramas e movimentações que, sem o registro eletrônico, jamais poderiam ser comprovados com o mesmo grau de precisão. Não é exagero dizer que, pela primeira vez em muito tempo, um ministro de tribunal superior se viu formalmente investigado a partir do mesmo tipo de prova que costuma incriminar réus comuns: a conversa de telefone.

Lixo luxuoso

O mesmo padrão se repete em outras frentes que hoje ocupam as manchetes. A apuração de fraudes bancárias que atinge o Banco Master, sob a relatoria de um ministro do Supremo Tribunal Federal, avança com sucessivas prorrogações de inquérito justamente para dar tempo à perícia de dados. A investigação sobre o chamado plano de golpe de 2022 também se apoiou fortemente em mensagens trocadas entre militares, assessores e políticos, extraídas de aparelhos apreendidos. Em todos esses casos, o enredo se repete: não foi a delação, nem a testemunha ocular, mas o histórico de conversas muitas vezes já apagadas pelo usuário, mas recuperadas pela perícia, que deu concretude às acusações. O celular, de fato, entrega tudo, ou quase tudo, a quem sabe perguntar da forma tecnicamente correta.

Experts

Há, portanto, duas verdades que convivem nessa nova paisagem jurídica brasileira. A primeira é que a onipresença dos dispositivos eletrônicos tornou muito mais difícil esconder um esquema de corrupção, um conluio ou um plano de ruptura institucional: o castelo de cartas construído em conversas privadas hoje se sustenta sobre um material que, mais cedo ou mais tarde, tende a se tornar prova nos autos. A segunda é que essa mesma prova, por sua complexidade técnica, exige instituições preparadas, peritos capacitados e um Judiciário atento aos limites da lei sob pena de transformar um instrumento poderoso de responsabilização em fonte de nulidades, atrasos e, pior, de perseguições mal fundamentadas.

» A frase que foi pronunciada

“Vamos tomar um cafezinho juntos!”

Getúlio Vargas, quando queria sigilo

» História de Brasília

A mais bela superquadra de Brasília, ninguém pode negar, é a do Iapó. E principalmente por causa dos jardins. Pois bem. Um dos homens que fez aqueles jardins, depois de nos deliciar com seu trabalho, acaba de ser demitido. (Publicada em 25/5/1962)

Desfossilizar: a nova oportunidade do Brasil na economia do carbono



» **ANTONIO JOSÉ ROQUE**
Físico, diretor-geral do CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais) e professor titular do Instituto de Física da USP

» **MÁRIO MURAKAMI**

Bioteecnologista, diretor da Unidade de Biorrenováveis do CNPEM e presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)

Quando tensões no Oriente Médio ameaçam a segurança do Estreito de Ormuz, uma das principais rotas do comércio mundial de petróleo, os mercados reagem imediatamente. A alta dos preços lembra uma realidade: a economia global permanece profundamente dependente dos combustíveis fósseis e vulnerável à geopolítica.

Não seria a primeira vez que uma crise energética externa levaria o Brasil a buscar uma resposta própria. Nos anos 1970, diante do choque do petróleo, o país não se limitou a procurar novos fornecedores. Investiu em uma alternativa baseada em ciência, tecnologia, agricultura tropical, engenharia e coordenação pública: o Proálcool.

A experiência com o etanol mostrou que uma vulnerabilidade pode ser transformada em vantagem. O que começou como resposta a uma crise de abastecimento criou uma das maiores plataformas de bioenergia do mundo.

Cinco décadas depois, o mundo vive uma nova inflexão. A crise climática exige a redução acelerada das emissões. Ao mesmo tempo, guerras e disputas comerciais recolocam a segurança energética e tecnológica no centro da agenda internacional. A transição energética deixou de ser apenas uma agenda ambiental. Tornou-se, também,

uma questão de soberania, competitividade industrial e desenvolvimento.

É nesse ponto que, talvez, seja necessário refinar a linguagem do debate. Fala-se muito em descarbonização. Mas o desafio, para uma parte importante da economia, não é eliminar o carbono. Ele continuará sendo necessário em combustíveis líquidos de alta densidade energética, na aviação e no transporte marítimo, além de ser matéria-prima para a indústria química e diversos produtos.

O problema não é o carbono em si. É o carbono fóssil. Por isso, o conceito de desfossilização pode ser mais preciso. Desfossilizar significa substituir o carbono de origem fóssil — extraído do petróleo, do gás natural e do carvão — por carbono de fontes renováveis ou recicladas. Não se trata de retirar o carbono da economia, mas de mudar sua origem. Biomassa, resíduos, carbono reciclado e CO2 capturado com energia limpa podem se tornar novas fontes.

A mudança desloca a pergunta central, que passa a ser: de onde virá o carbono de que a economia continuará precisando?

O Brasil tem condições particularmente favoráveis para responder. O país reúne matriz elétrica majoritariamente renovável, agricultura tropical de alta produtividade, experiência em biocombustíveis, biomassa, áreas degradadas passíveis de recuperação produtiva e capacidade científica.

Essa combinação pode ser a base de uma nova estratégia de desenvolvimento. A ambição brasileira pode ir além dos biocombustíveis: o Brasil pode tornar-se uma potência em carbono renovável, transformando vantagens agrícolas e científicas em produtos e cadeias industriais de maior valor.

Etanol, biometano e combustíveis sustentáveis de aviação são parte importante dessa agenda, sobretudo nos setores mais difíceis de eletrificar. Mas a oportunidade é maior: envolve biorrefinarias, química verde e processos capazes de transformar biomassa e biodiversidade em produtos de maior valor.

Essa transformação pode contribuir para reduzir desigualdades regionais. Com ciência, conservação e agregação de valor local, diferentes vocações podem sustentar bioeconomias regionais, diversificar a produção e gerar novas oportunidades fora dos grandes centros.

Mas nada disso ocorrerá automaticamente. Ter biomassa não basta. Assim como o Proálcool exigiu ciência, engenharia, indústria e coordenação de longo prazo, a economia do carbono renovável exigirá domínio tecnológico. O Brasil não pode se contentar em exportar matéria-prima. Precisa desenvolver tecnologias próprias capazes de transformar recursos renováveis em produtos de maior valor agregado.

É nesse ponto que as instituições científicas nacionais ganham importância estratégica. O desafio é aproximar biodiversidade, biomassa, ciência e indústria.

A transição energética não terá uma única solução. A eletrificação será fundamental, assim como o hidrogênio em setores específicos e a eficiência energética. Mas, em áreas como aviação, transporte pesado, navegação, indústria química e produção de materiais, o carbono renovável poderá ter papel estrutural.

O Brasil já demonstrou que uma crise global pode abrir espaço para uma solução nacional. O choque do petróleo dos anos 1970 ajudou a impulsionar o Proálcool. A crise climática e as novas disputas geopolíticas do século 21 podem abrir outra janela histórica. É nesse momento que nos encontramos.

A transição já está em curso. A questão é se o Brasil transformará suas vantagens naturais e científicas em liderança tecnológica e industrial.

A desfossilização pode ser, ao mesmo tempo, uma política climática, um passo rumo à soberania energética e uma agenda de desenvolvimento. O Brasil reúne condições para fazer dessa transformação não apenas uma resposta às crises do presente, mas uma estratégia para construir parte da indústria do futuro.